

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.517 - SP
(2019/0016274-8)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ROSEMEIRE DE FÁTIMA SANTOS - SP141750
CAMILA BEATRIS ZEFERINO - SP285051
CLAUDIO ANTONIO GERENCIO JUNIOR - SP267851
AGRAVADO : B C S S (MENOR)
REPR. POR : L C S
ADVOGADO : DOLORES ZACHARIAS VALÉRIO - SP254882
INTERES. : HOSPITAL SÃO BERNARDO S A
ADVOGADOS : DANIELA NALIO SIGLIANO - SP184063
ARTHUR FERRARI ARSUFFI E OUTRO(S) - SP346132
BRUNA BARBOSA SILVA - SP360875

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS. INADMISSÃO DO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ AFASTADA. RECONSIDERAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. LIMITAÇÃO DO PERÍODO DE INTERNAÇÃO. URGÊNCIA/EMERGÊNCIA COMPROVADA. CONDUTA ABUSIVA. SÚMULA 302 DO STJ. AGRADO INTERNO PROVIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. A necessidade de impugnação específica - prevista no art. 932, III, do CPC/2015 e Súmula 182/STJ - não se aplica ao fundamento relativo à violação de norma constitucional, pois se trata de matéria a ser apreciada no recurso extraordinário. Reconsideração da decisão agravada.
2. Súmula 302: "*É abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.*"
3. O Tribunal de origem, à luz do acervo fático-probatório, concluiu que a limitação do tempo de internação, em caso de urgência/emergência, era abusiva. Decisão de acordo com a jurisprudência desta Corte, com incidência da Súmula 83/STJ.
4. Agrado interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agrado para negar provimento ao recurso especial.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agrado interno

para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

